

LICENCIATURAS HETERONORMATIVAS? UMA VISITA AOS FLUXUOGRAMAS DE LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA DA UERJ

Laleska Costa de Freitas

laleskacf@gmail.com¹

Nilton Abranches Júnior

niltonabranches07@yahoo.com.br²

Layre Martins da Silva

layremartinss@gmail.com³

Resumo

A partir do início dos anos 2000 minorias sexuais começam a ganhar maior visibilidade na mídia. Acredita-se que essa visibilidade pode ser considerada como um movimento de mão dupla. Da mesma forma que põe em evidência aqueles corpos que antes estavam escondidos, suscita um possível movimento de controle e vigilância. Parte-se do princípio que a escola se apresenta enquanto um lugar onde esse conflito visibilidade/vigilância ocorre de forma contundente. Professores são colocados em xeque no cotidiano escolar quando se deparam com as disputas provocadas pelo heteroterrorismo, tendo sua capacidade de solucionar problemas questionada. Nesse trabalho apontamos para deficiência na formação de professores, e em especial de professores de geografia, para o trato com as questões de gênero no cotidiano de sala de aula. Este trabalho tem como objetivo compreender como as licenciaturas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro contribuem na formação de professores de Geografia capazes de trabalhar com as questões de gênero em suas sala de aula. A escolha da UERJ se dá em função de sua tradição quanto ao reconhecimento de políticas afirmativas, e seu envolvimento em prol do empoderamento das minorias. Para atingir tal objetivo, buscou-se analisar os fluxogramas e as ementas das disciplinas dos três cursos de licenciatura em Geografia da UERJ, ministrados em três diferentes campi. Todos os campi localizam-se na Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo do processo de investigação notou-se que apenas um dos cursos de Licenciatura em Geografia oferece disciplina onde está presente em sua ementa a discussão de questões de gênero.

Palavras chave: Gênero, Formação de professores, Ensino de Geografia

Introdução

¹Bacharel em Geografia pela UERJ, Mestranda em geografia na UFF com bolsa da CAPES.

²Doutor em Geografia, Professor Adjunto de Geografia da UERJ.

³Graduanda em Geografia na UERJ com bolsa de Iniciação à Docência da UERJ.



A partir do início deste século tem havido uma maior visibilidade na mídia das minorias sexuais e de gênero. Pode-se considerar que tal aumento de visibilidade carrega consigo uma ambivalência, já que pode demonstrar “uma virada de posição nos jogos de poder que a instituíram, bem como significar uma posição de pronta vigilância, controle e uma ameaça constante” (DORNELLES e POCAHY, 2010). O que se mostra bastante apropriado através de uma análise do momento político atual.

O debate sobre a diversidade sexual e de gênero no espaço acadêmico, no entanto, não foi resultado do aumento de visibilidade simplesmente e sim devido à pressão dos grupos feministas e dos grupos LGBT, que denunciaram a exclusão de suas representações de mundo nos programas curriculares das instituições escolares (Dinis, 2008). No Brasil, a guinada desta temática no campo da Educação só acontece nos anos 1990, quando deu por fim uma ausência sintomática, que já havia tempo que não acontecia, restritamente nas áreas de Sociologia, Psicologia e Crítica Literária.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) historicamente sempre esteve à frente em ações pelo fim das mais diversas desigualdades. Neste trabalho se busca compreender como as licenciaturas em geografia da UERJ, contribuem para a formação de professores capazes de trabalhar com as questões de gênero em suas práticas pedagógicas. Para isso se fez uma análise dos currículos apresentados nos fluxogramas dos três cursos de Licenciatura em Geografia na UERJ, distribuídos pelos seus três campi situados na Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

O papel do professor na manutenção da heteronormatividade

Heteronormatividade é uma medida e uma forma de regulação da vida – que articula uma linha de “coerência” fixa entre o corpo, o gênero e a sexualidade (DORNELLES e POCAHY, 2010), amálgama normalmente entendida em uma relação de continuidade e consequência, onde o binarismo de corpo causa o de gênero, evidenciando a heterossexualidade por este par binário. A complementaridade natural seria a prova inquestionável de que a humanidade é necessariamente heterossexual e de que os gêneros só têm sentido quando relacionados às capacidades inerentes de cada corpo (BENTO, 2011).

Esta regulação não surge dentro da escola, mas é resultado de uma tecnologia de gênero que produz corpos-sexuais e inicia sua regulação desde a gestação dos seres humanos,

“contaminando” o feto com a cultura heteronormativa quando a materialidade do corpo apenas adquire vida inteligível ao ser anunciado o sexo do feto, conforme relembra Bento (2011): A interpelação “é um/a menino/a” não apenas cria expectativas e gera suposições sobre o futuro daquele corpo que ganha visibilidade através dessa tecnologia, seus efeitos são protéticos: faz corpos. A linguagem faz parte desta tecnologia de poder. Judith Butler, conforme apresentado por Louro (2001), busca na linguística o conceito de performatividade para comprovar que a linguagem não apenas constata ou descreve os corpos, mas também, no instante mesmo da nomeação, constrói, “faz” aquilo que nomeia.

A heteronormatividade, no entanto, não é determinista: há corpos que escapam deste processo de produção, pondo em risco as normas de gênero ao mesmo tempo em que são necessários para a norma num processo de abjeção. Segundo Dornelles e Pocahy (2010), Judith Butler aponta, ao recuperar ideias de Julia Kristeva, que o tornar-se Outro é um processo a ser expelido do corpo, expulsão de elementos estranhos, e esta construção do “não eu” estabelece as fronteiras do corpo que são, também, contornos do sujeito.

A produção heteronormativa de corpos-sexuados é um processo “constrangido e limitado desde seu início, pois o sujeito não decide sobre o sexo que irá ou não assumir; na verdade, as normas regulatórias de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, apropria e materializa” (LOURO, 2001,p.548). A heteronormalização acontece num processo dialógico de multiterritorialidade dos normais e contenção territorial dos abjetos numa espécie de “heteroterritorização”.

Poderíamos dizer que o próprio poder, hoje, está vinculado diretamente a quem detém o controle da mobilidade, dos fluxos, e pode desencadeá-los, vivenciando assim sua “multiterritorialidade” (Haesbaert, 2004), e os que ficam à margem desse controle e que, ao contrário, sofrem com as tentativas de “imobilização” – sempre relativa e, portanto, do âmbito da aqui denominada “contenção” territorial. (HAESBAERT, 2008, p. 112).

Esta contenção territorial é qualificada por uma epistemologia do armário, que Junqueira (2013), aplicando os escritos de Sedgwick (2007) no contexto escolar, descreve como uma interpelação que afeta a todos(as) e não somente os abjetos, num processo de ocultação da posição de dissonância ou de dissidência em relação à matriz heterossexual, que vai além da regulação da vida social dos que se relacionam sexualmente com outras pessoas do mesmo gênero, submetendo-as ao segredo, ao silêncio e/ou expondo-se ao desprezo



público. Isto implica em uma gestão das fronteiras da (hetero)normalidade e atua como um regime de controle de todo o dispositivo da sexualidade (Junqueira, 2013).

Há, portanto uma hierarquização heteronormativa, onde se privilegia quem se conforma à ordem heterossexista, lhe oferecendo uma maior mobilidade e possibilidade de desencadear fluxos - uma multiterritorialidade, como anteriormente dito -, enquanto há uma imobilização relativa dos abjetos que acontece enquanto tentativa, já que a contenção territorial “envolve sempre a impossibilidade da “reclusão” ou do fechamento integral, do enclausuramento” (HAESBAERT, 2008).

Este caráter parcial, provisório e paliativo do armário enquanto contenção territorial é um efeito-barragem que busca conter fluxos. Cabe destacar que o verbo conter que origina o substantivo contenção é caracterizado por uma ambivalência “em que estamos ao mesmo tempo “contendo” a progressão de outros e “nos contendo” em termos da nossa própria progressão/mobilidade, de modo que o “conter” (o outro) e o “estar contido” (pela não-progressão do outro) se mesclam de tal forma que, podemos dizer, o “outro” está em nós pelo mesmo processo de contenção que, ao evitar sua expansão, provoca também, de alguma forma, o nosso retraimento” (HAESBAERT, 2008).

No que concerne a amálgama corpo(sexo), gênero e sexualidade, Lemos (2018), falando especificamente sobre o gênero, já demonstrou como o espaço urbano se configura como um território malestream, ou seja como um território dominado por homens, como resultado de uma territorialização masculinista que levou a uma precarização socioespacial do Outro, ou seja, da mulher. Esta precarização se configura em três modalidades sendo uma delas a contenção territorial. Como gênero se constitui em conjunção com a sexualidade, sendo normalizado também pela heteronormatividade, pode se compreender que o espaço urbano é também um território heterossexista e o armário enquanto contenção territorial é uma precarização socioespacial sofrida também pelas minorias sexuais.

A manutenção dessa estrutura heteronormativa encontra nas instituições sociais modernas a formulação e constituição de dispositivos de grande eficácia, conforme apresentado por Dornelles e Pocahy (2010), e a escola está no rol destas instituições ao ter como função atribuir medidas, regulamentar e reger os sentidos do corpo e da vida, ou seja, ensinando como viver de uma forma “normal” e de representar “normalmente” o corpo, o

gênero e a sexualidade. Desta forma a escola e os espaços de aprendizagem, de forma geral, constituem-se enquanto arena onde se reproduzem importantes desigualdades e injustiças (DORNELLES E POCAHY, 2010).

O armário enquanto contenção territorial têm seus limites impostos por reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade, estas marcadas por um terrorismo contínuo e contido em cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos - por exemplo, insulto ou piada homofóbica -, o que Bento (2011) nomeia de heteroterrorismo. Bento (2011) ainda expõe que a reiteração acontece por diversos caminhos e por várias instituições, onde a invisibilidade é um destes mecanismos em que o abjeto, o outro, só aparece num processo de dar vida através do discurso para imediatamente matá-lo, ou seja, ele só aparece para ser eliminado.

Outra faceta deste heteroterrorismo é a desumanização do humano abjeto, o que é fundamental para a heteronormatividade. Um exemplo deste processo citado por Bento (2011) é o motivo para a corriqueira ausência de apuração e punição dos/as culpados/as do assassinato das pessoas transexuais e travestis, o que explicita uma hierarquia das mortes que tem como critério a conduta da vítima em vida que gera a inferiorização desses assassinatos neste modelo hierárquico. Reproduz-se assim uma pedagogia da intolerância, em que a vítima é metamorfoseada em ré em um processo perverso de esvaziá-la de qualquer humanidade (Bento, 2011).

Esta desumanização, que se apresenta na escola, é acompanhada por um processo de alheamento. Junqueira (2013) chega nesta conclusão como justificativa de casos como o de uma diretora escolar que, perante a um menino identificado como afeminado, o aconselha a “deixar de desmunhecar para não atrair a ira dos outros”, lendo a heteronormatividade como algo individual e não como fruto de uma tecnologia de poder que vai para além até da própria escola.

Na esteira do processo de desumanização do “outro”, a indiferença em relação a esse sofrimento e a cumplicidade para com os algozes exprime um autêntico estado de alheamento: uma atitude de distanciamento, na qual a hostilidade ou o vivido persecutório são substituídos pela desqualificação do sujeito como ser moral, não reconhecido como um agente autônomo ou parceiro (COSTA, 1997). E só um profundo estado de alheamento pode



fazer com que o curioso conselho – expressão curricular da pedagogia do armário – pareça aceitável. (JUNQUEIRA, 2013, p. 490)

Juntos, normalização, heteronomia e alheamento produzem pedagogias e um currículo em ação a serviço do enquadramento, da desumanização e da marginalização (JUNQUEIRA, 2013). A escola (heteroterrorista), incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade ao compactuar com estes processos faz um processo de precarização socioespacial dentro da escola que gera esta “evasão”, que na verdade Bento (2011) qualifica como expulsão, já que é resultante do desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar, presente na estrutura moderna da escola.

Para ir contra estas várias formas de gerar desigualdade entre os normais e abjetos no contexto heteronormativo, Dinis (2008) destaca como uma das estratégias de resistência (enquanto potência capaz de alterar o que lhe impõe o resistir) modificar o papel do educador(a). É preciso sublinhar, conforme feito por Dornelles e Pocahy (2010), que o heteroterrorismo torna-se ainda mais acirrado quando educadores e educadoras passam a ser protagonistas de uma educação para a sexualidade, já que seguidamente eles serão tomados/as por militantes, exibicionistas e mesmo incapazes. Já Dinis (2008) elenca o confronto com a própria sexualidade por parte do educador como motivo para a dificuldade dos docentes para tematizar a diversidade sexual, já que este confronto implica num possível convite

para que o/a educador/a possa olhar para sua própria sexualidade e pensar a construção histórico-cultural de conceitos como heterossexualidade, homossexualidade, questionando a heteronormatividade que toma como norma universal a sexualidade branca, de classe média e heterossexual. (DINIS, 2008, p. 484)

O mesmo autor elenca como um dos procedimentos macropolíticos, que envolveriam uma nova mudança curricular, como estratégia de resistência/potência o incluir dos estudos de gênero (e sexualidade, por conseguinte, considerando a amálgama corpo, gênero e sexualidade) nos cursos de formação de professores/as. E este será o eixo de análise para responder se as licenciaturas em geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) são heteronormativas ou, pelo contrário, propõe um currículo mais transgressor.

Formação de professores na UERJ - ainda heteronormativa?

A UERJ é composta por três campi, dois especializados na formação de educadores: Maracanã, o campus central localizado na zona norte do município do Rio de Janeiro;

Faculdade de Formação de Professores (FFP), localizado no município de São Gonçalo; Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), localizada no município de Duque de Caxias.

Não há um currículo único e sim uma matriz curricular para cada licenciatura, com quantidades de disciplinas variadas. Buscou-se pelo fluxograma de cada um destes currículos. Foram procuradas as disciplinas que abordassem particularmente a temática de gênero e sexualidade e/ou disciplinas que tivessem em suas ementas menção a temática. Das currículos atualmente em vigor nas três licenciaturas em Geografia na UERJ, apenas uma disciplina presente no fluxograma de um dos cursos se enquadrou nesse parâmetro: Escola Espaço Político e Pedagógico III, do curso de Licenciatura em Geografia da FEBF. Em outras palavras, das 49 disciplinas presentes no currículo do Campus Maracanã, 47 do Campus da FFP e 70 da FEBF, em apenas uma disciplina apresenta em sua ementa questões de gênero. Dessa forma pode-se concluir as questões relativas a gênero e sexualidade não são tratadas no processo de formação do professor de Geografia da UERJ. Acredita-se que o estágio supervisionado poderia ser o lugar onde a ausência do tratamento dessa temática fosse suprida. Contudo esse também não se apresenta como sendo o lugar de discussão sobre o tema em questão.

Sendo assim, percebe-se que o currículo das licenciaturas em Geografia da UERJ não está conectado com as transformações ocorridas na sociedade brasileira a partir dos anos 2000. Os currículos vigentes em dois dos seus três cursos reforçam as idéias relativas a heteronormatividade. Praticando o heteroterrorismo ao invisibilizar o fenômeno da homossexualidade e o caráter socioespacial desta normatividade, especialmente a precarização imposta às pessoas não heteronormativas. Isto tudo em um contexto em que o discurso de ódio, contra estas pessoas, ganha legitimidade ao reverberar no mais alto cargo político do país e do estado do Rio de Janeiro.

Considerações Finais

É a partir dos anos 2000 que as minorias sexuais começam a ganhar mais visibilidade na sociedade brasileira. O papel da mídia é fundamental para que se dê a eficiência desse processo. Pode-se atribuir característica tanto positivas, quanto negativas, para esse



movimento de visibilização. Quanto mais expostas e visíveis, as minorias sexuais conseguem se articular em prol da conquistas de direitos civis assegurando para esses diferentes grupos o direito a cidadania. Em contrapartida, a visibilidade expõe essas minorias a situações de intolerância e de preconceito, tornando-os mais vulneráveis.

Compreendendo a Escola enquanto um espaço que reproduz as relações construídas na sociedade, podemos afirmar que situações análogas ao que se dá no cotidiano da sociedade brasileira, no que se refere a processos discriminatórios e violentos, acontece dentro do espaço escolar. Muitas vezes professores reforçam o processo de controle heteronormativo a corpos transgressores a norma.

Identifica-se como um instrumento significativo no combate a discriminação e ao preconceito no ambiente escolar o trabalho do professor, estando incluído o trabalho do professor de Geografia. Contudo, há que se realçar a deficiência em sua formação na preparação para tratar tais questões.

Ao se analisar as matrizes curriculares dos três cursos de licenciatura em Geografia da UERJ, depara-se com um quadro onde se negligencia, quase que completamente, a abordagem das minorias sexuais e de questões de gênero. Somente o curso de licenciatura da UERJ/FEBF/Duque de Caxias, se propõe apresenta em sua estrutura curricular uma disciplina que trate sobre o tema em questão. Cabe ressaltar, que o simples fato de existir uma disciplina onde pela ementa se propõe a estudar o assunto em tela, tal fato não significa que esses professores serão mais aptos dos que os demais formados em diferentes Campi, no trato com as questões relativas as minorias sexuais e de gênero.

A quase ausência do trato das questões relativas a sexualidade e gênero no currículo das licenciaturas em Geografia da UERJ, nos leva a acreditar em quanto esta universidade contribui para a manutenção de uma lógica de pensamento heteronormativa, e excludente, no processo de formação de futuros professores de Geografia.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, 2011, vol.19, n.2, pp.549-559. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=en&nrm=iso> Acesso em 10 de abril.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, Campinas , v. 29, n. 103, p. 477-492, Aug. 2008 . Disponível em:



<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de abril de 2019.

POCAHY, Fernando; DORNELLES, Priscila Gomes. Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção. **Instrumento**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 125-135, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18689>> Acesso em 10 de abril de 2019.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. P. 95-120.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

LEMOS, Carolina. A mobilidade urbana dos corpos femininos na liberação do espaço banguense. **História, Natureza e Espaço**, v. 7, p. 19, 2018. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/36154/25728>>. Acesso em 28 de março de 2019.

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. Rev. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de abril de 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.